

---

## Cúpula do MPF questiona Supremo sobre inquérito contra ameaças

Aumenta a tensão entre o Ministério Público Federal e o Supremo Tribunal Federal. O Conselho Superior do MPF e a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF divulgaram notas públicas questionando o Supremo por causa da abertura de inquérito para apurar notícias fraudulentas e ameaças aos ministros do tribunal.

As notas vêm sendo entendidas como afrontas à autoridade do presidente do STF, ministro Dias Toffoli. No dia anterior à abertura do inquérito, ele anunciou que enviaria representação ao Conselho Nacional do MP contra o procurador da República Diogo Castor de Mattos, por causa de comentários ofensivos ao Supremo.

Sobre o inquérito, anunciado na quinta-feira (14/3), os órgãos do MPF pedem que ele seja enviado à Procuradoria da República, que tem competência para investigar. O inquérito está sob responsabilidade do ministro Alexandre de Moraes. Na sexta-feira (15/3), a procuradora-geral da República, Raquel Doge, pediu explicações a Toffoli. Quer saber por que o inquérito corre no Supremo, se não foi definido seu objeto — só ficam no STF inquéritos que envolvam pessoas com prerrogativa de foro.

Ao anunciar a abertura de inquérito, Toffoli não disse que isso inclui membros do MPF. Mas as entidades supõem que sim, por causa das [críticas que ministros fizeram](#) aos procuradores durante sessão. O ministro, no entanto, não disse qual será o objeto do inquérito e decretou-o sigiloso.

"Considerando que a referida portaria não delimita os fatos que a serem investigados; Considerando o teor dos debates e de declarações de parte de integrantes do Supremo Tribunal Federal, que, nas sessões de 13 e 14 de Março, durante o julgamento de processo, que decidiu que a Justiça Eleitoral seria competente para julgar crimes conexos como os de corrupção e lavagem de dinheiro, citaram membros do Ministério Público Federal em geral ou nominalmente, como Procuradores e Procuradoras da República, que compõem a Força Tarefa Lava Jato, do Paraná", diz a manifestação.

Além disso, as entidades afirmam que estão "extremamente preocupadas" que "manifestações de membros do Ministério Público, membros do Congresso Nacional e cidadãos em geral, protegidas pela liberdade de expressão venham a ser investigadas como se constituíssem crime".

### Alexandre relator

O presidente do STF, ministro Dias Toffoli, [fez o anúncio](#) na abertura da sessão de quinta-feira (14/3), sem entrar em detalhes sobre o escopo do inquérito, ainda que tenha sido enfático no discurso, falando em ameaças, denúncias caluniosas, ataques aos membros do Supremo, *fake news*. Alexandre foi designado o relator do caso.

**Briga por competência**

Em artigo, Diogo Castor afirmou que a Justiça Eleitoral não tem competência para julgar crimes comuns por não "mandar ninguém para a prisão". Além disso, criticou o presidente do STJ, João Otávio de Noronha, pelo fato dele ter concedido Habeas Corpus ao ex-governador do Paraná Beto Richa. O procurador disse que o ministro não tem qualificação para ocupar o posto.

Os ministros do STF criticaram duramente o procurador durante a sessão e o ministro Toffoli afirmou que irá pedir providências ao CNMP. O [STF decidiu](#) que é a Justiça Eleitoral que deve julgar crimes comuns conexos a crimes eleitorais.

**Dodge envolvida**

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, [já pediu esclarecimentos](#) ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, sobre a portaria que instaurou um inquérito para investigar denúncias e ameaças contra os integrantes da corte.

Dodge alega que as informações devem ser prestadas em respeito à dignidade da Justiça. "Os delitos que atingem vítimas importantes também devem ser investigados segundo as regras constitucionais", apontou.

Clique [aqui](#) para ler a manifestação do Conselho Superior do MPF

**Date Created**

16/03/2019